

**A ATUAÇÃO DE FRANCISCO MONTOJOS NA CONSTITUIÇÃO E NA
INSTITUIÇÃO DO NOVO ENSINO INDUSTRIAL BRASILEIRO
(1934–1942)**

**THE ROLE OF FRANCISCO MONTOJOS IN THE CONSTITUTION
AND CREATION OF NEW BRAZILIAN INDUSTRIAL EDUCATION
(1934 – 1942)**

José Geraldo Pedrosa – Professor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
jgpedrosa@uol.com.br

Oldair Glatson dos Santos – Professor no Colégio São Paulo da Cruz
gltsantos@hotmail.com

RESUMO

O artigo resulta de pesquisa sobre os agentes que atuaram na constituição do novo ensino industrial brasileiro e as relações que estabeleceram com os Estados Unidos da América. De modo particular focou-se a atuação de Francisco Belmonte Montojos, figura estratégica tanto na constituição quanto na instituição do novo ensino industrial. A atuação de Montojos permite identificar como nesse período importantes intelectuais orgânicos que atuavam do governo ou em entidades civis se aproximaram dos EUA em busca de referências práticas para a solução de problemas brasileiros. Como agente constituinte do novo ensino industrial, Montojos atuou intensamente nos grupos de trabalho, na elaboração de projetos e nas negociações entre governo e empresários industriais, publicou textos e foi gestor da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) por dois mandatos, ou seja, atuou em favor da disseminação das práticas e ideias americanas no Brasil.

Palavras-chaves: Constituição; Instituição; Novo Ensino Industrial; Francisco Montojos.

ABSTRACT

The article results from a research about the agents who were active in the constitution of the new Brazilian industrial education and the relationships they established with the United States of America. In a special way focused on the work of Francisco Belmonte Montojos, strategic role in both the constitution and the establishment of new industrial education. The performance of Montojos allows to identify how, in this period, important organic intellectuals who worked in government or civil authorities approached the U.S., searching for the solution of practical problems of Brazilian references. As a component of the new industrial education, Montojos worked intensely in the working groups for the preparation of projects and negotiations between government and industrialists, published texts and was manager of CBAI for two mandates, in other words, acted in favor of the spread of practices and American ideas in Brazil.

Key- words: Constitution; Institution; New Industrial Education; Francisco Montojos

1 INTRODUÇÃO

Em 1909, o Governo Federal de Nilo Peçanha criou as dezenove Escolas de Aprendizes Artífices e, em 1942, o Governo Vargas publicou o decreto-lei que criava o que aqui será chamado de *novo ensino industrial*, na forma de duas instituições voltadas para a formação de trabalhadores e de técnicos para a indústria em expansão: o Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial e a rede de Escolas Técnicas Federais. A partir de 1942 o ensino industrial tornou-se inédito em dois aspectos importantes: quantidade e finalidade. O aspecto quantitativo, entre outros, é referente ao volume de sujeitos envolvidos: alunos, instrutores, funcionários da burocracia ou do apoio pedagógico. Se até 1942 os estabelecimentos de ensino industrial eram poucos, a partir daí sua condição seria a de redes nacionais, o que significava aumento considerável do número de estabelecimentos, recursos financeiros, oficinas pedagógicas, salas de aula, materiais didáticos. Aumento do volume, complexidade e necessidade de padronização: essa é a relação. O aspecto finalidade é referente às mudanças tanto no público quanto no *telos* do ensino industrial. Até 1942 a educação profissional era mais voltada ao “combate à vadiagem” e aos riscos da criminalidade; era mais educação para o trabalho do que educação profissional. Mas, a partir de 1942, a educação profissional e de modo pioneiro o ensino industrial orientaram-se pelo e para o mercado de trabalho e passaram a inserir-se numa tendência de crescimento econômico nacional capitaneado pela indústria, estimulado pelos efeitos econômicos da Segunda Guerra e com presença significativa de capitais, de técnicos e de técnicos americanos. A novidade, a partir dos anos 1940 é a massa populacional crescente nos centros industriais e urbanos. Se até 1942 o ensino industrial tinha uma escala artesanal, a partir de então essa escala tornou-se industrial.

O processo constituinte do novo ensino industrial brasileiro foi intenso no período de 1934 a 1942. Em 1934, Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde (MES), criou um grupo de trabalho para elaborar a expansão dos estabelecimentos destinados a criar nova força de trabalho para a indústria em crescimento. De 1934 a 1942 houve uma série de acontecimentos que envolveram o MES, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), representações do empresariado industrial articulado em torno da Confederação Nacional da Indústria (CNI), além de homens que atuavam em instituições de educação profissional localizadas principalmente no sudeste e no sul do Brasil. Nesse intervalo de oito anos foram criadas comissões de trabalho, projetos foram elaborados e houve muita disputa, polarizada entre os intelectuais de Capanema, de um lado, e representantes do MTIC e dos industriais, de outro lado. O resultado desse processo constituinte iniciado em 1934 veio em 1942, quando Vargas cedeu às pressões dos empresários industriais e lhes delegou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), ao mesmo tempo em que vinculou as Escolas Técnicas ao Ministério da Educação e Saúde.

O processo de constituição do novo ensino industrial brasileiro, em suas duas redes, foi marcado por disputas intelectuais, políticas e econômicas que se evidenciaram em distintos projetos de futuro para o País. Foi também um processo realizado em meio a

mudanças na correlação de forças internacionais com fortes impactos na economia e na cultura brasileiras, com destaque para a expansão da indústria, para o crescimento demográfico urbano e para mudanças comportamentais. É nessa década que os EUA se firmaram como referencial civilizatório, enquanto que a velha e decadente Europa se descredenciava como farol para o Ocidente. É nesse ponto que se situa o problema investigado. A questão da pesquisa foi inspirada, entre outras referências, numa constatação de Warde (2000): ao longo do século XX os EUA começaram a figurar no horizonte, no imaginário, no repertório, nas práticas dos homens de política e de negócio no Brasil, ou seja, das elites condutoras. A questão a saber foi relacionada à presença da americanidade na constituição das redes de ensino industrial no Brasil dos anos 1940.

De modo particular o artigo focaliza a atuação de Francisco Belmonte Montojos, um agente que atuou longamente no Governo Federal, boa parte em companhia de Gustavo Capanema no MES. O percurso realizado busca situar a atuação de Montojos no MES, sua presença nas comissões do ensino industrial, suas propostas, seus aliados e sua presença em ações que disseminaram idéias americanas no Brasil.

2 QUESTÕES DE MÉTODO

A abordagem realizada neste artigo resulta de pesquisa em fontes primárias e secundárias sobre os agentes que atuaram na constituição do novo ensino industrial brasileiro e as relações que estes estabeleceram com os Estados Unidos da América (EUA)¹. O conceito de agentes tem amparo na teoria da ação social de Weber (1987), já a noção de constituição é definida com o apoio de Magalhães (2004).

Os agentes do ensino industrial foram homens que participaram desse processo constituinte situado entre 1934 e 1942, atuando nas diferentes comissões no âmbito do Governo de Getúlio Vargas. O significado de constituição é um contraponto à noção de instituição, que “(...) corresponde à conversão de uma instância organizacional em instância de existência” (MAGALHÃES, 2004, p. 39). Se a instituição é a instância existencial da organização, a constituição é o processo de invenção, elaboração, normatização da instituição. Nesse sentido, a constituição antecede a instituição: na “(...) sua gênese como no seu desenvolvimento, a instituição é uma fase num processo evolutivo mais amplo, que corresponde ao constructo que resulta de uma função instituinte e que se consolida na

¹ Pesquisa desenvolvida no período de 2012 a 2014, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

instituição” (MAGALHÃES, 2004, p. 39). Constituir uma instituição é o mesmo que inventar ou projetar uma instituição, definir sua forma e sua estrutura, seu financiamento, sua finalidade, sua abrangência, seu público; é o mesmo que formar, compor, representar, organizar, estabelecer. A constituição é a base da instituição porque é o seu estatuto, o conjunto de suas normas reguladoras. Nesse sentido, processos constituintes incluem articulações, grupos de aliados, elaborações, colaborações, projetos, pressões, disputas.

O mapeamento realizado indica que alguns agentes tiveram participação destacada nesse processo constituinte, seja assessorando, elaborando projetos ou participando dos grupos de trabalho ou das reuniões de negociação: Celso Suckow da Fonseca, Francisco Belmonte de Montojos, Horácio Augusto da Silveira, João Lüderitz, Joaquim Faria Góes Filho, Leon Renault, Licério Alfredo Schreiner, Manuel Bergström Lourenço Filho, Robert Auguste Edmond Mange, Roberto Cochrane Simonsen e Rodolfo Fuchs.

Alguns agentes constituintes do novo ensino industrial brasileiro deixaram obras escritas; outros deixaram discursos, cartas, pronunciamentos, entrevistas. Portanto, há fontes primárias, organizadas em centros de memória e documentação. Muitos desses agentes também já foram alvos do interesse de pesquisadores. Há estudos no âmbito da história dos intelectuais, da história econômica, da história política ou da história das instituições. Há, portanto, fontes secundárias a serem consideradas. Em função dessas disponibilidades, a pesquisa foi bibliográfica e documental.

Outro aspecto a ser mencionado é referente à condição dos documentos da trajetória desses agentes. Apenas Roberto Mange tem seu acervo pessoal centralizado no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Os demais agentes não dispõem de tal condição e os documentos de suas trajetórias estão dispersos e nem sempre disponíveis em centros de documentação. O foco principal da pesquisa documental foi o CPDOC da FGV, “Arquivo Gustavo Capanema, Inventário”. Também foi pesquisado o Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP) e documentos do Senai, disponíveis em Minas Gerais.

3 A ATUAÇÃO DE FRANCISCO BELMONTE MONTOJOS NO NOVO ENSINO INDUSTRIAL BRASILEIRO

Francisco Belmonte Montojos foi engenheiro formado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre no ano de 1925. No Brasil do final do século XIX e nas décadas iniciais do XX, algumas escolas de engenharia eram lugares de circulação do ideário industrialista. Eram escolas que tinham docentes envolvidos com experiências de ensino industrial ou com

atuações entre o empresariado industrial. Em São Paulo era a Escola Politécnica que tinha esse papel e por lá passaram Roberto Simonsen e Roberto Mange. Em Minas Gerais o local de formação do pensamento industrialista era a Escola de Minas de Ouro Preto, freqüentada por Euvaldo Lodi e Américo Giannetti. No Rio Grande do Sul o ponto de difusão do industrialismo era a Escola de Engenharia de Porto Alegre; lá se formaram Rodolfo Fuchs, João Luderitz e Francisco Montojos. Portanto, Montojos era engenheiro formado num dos berços do pensamento industrial brasileiro; um engenheiro-burocrata que dedicou sua atuação à educação profissional e ao ensino industrial.

A Escola de Engenharia de Porto Alegre tinha vínculos com o Instituto Técnico Profissional, mais tarde denominado Instituto Parobé, que desenvolvia uma experiência de educação profissional diferente da que predominava em instituições congêneres da época. Montojos formou-se em engenharia, numa instituição com vínculos orgânicos com a embrionária cultura industrial no Brasil. Montojos foi um engenheiro-industrialista-educador: engenheiro por titulação, industrialista pela orientação intelectual e educador em decorrência da longa presença no Ministério da Educação e Saúde nos períodos de constituição e de instituição do novo ensino industrial brasileiro.

Montojos só não pode ser considerado o pivô do novo ensino industrial brasileiro porque essa função foi exercida por dois importantes homens que lideravam grupos em disputa. Um desses homens era ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que reuniu em seu entorno importantes nomes nacionais da cultura, da ciência e das artes. O outro era Roberto Simonsen, intelectual orgânico dos empresários industrialistas articulados em torno da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e de suas federações e que tinha no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), comandado por Waldemar Falcão, seu porta-voz ao lado do presidente Vargas. Montojos foi, no novo ensino industrial, o agente identificado com a permanência, com a longevidade, com a estabilidade. Sua entrada no governo federal ocorreu em 1927, no então Serviço de Inspeção do Ensino Profissional Técnico, dois anos depois de ter concluído o curso de Engenharia. O aspecto relacionado à permanência como traço identificador da trajetória profissional de Montojos é evidenciado pela sua longa presença no Ministério da Educação e Saúde². A presença de Montojos na educação profissional no âmbito do governo federal antecedeu e sucedeu a era Vargas ou os tempos de Capanema, já que ele ocupou o cargo de inspetor do Ensino Profissional Técnico

² A criação do Ministério da Educação e Saúde ocorreu em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, abrangendo as áreas de educação, saúde, esporte e meio ambiente. Com esta abrangência o MES permaneceu até 1953, quando foi desmembrado em dois ministérios, o da Saúde e o da Educação e Cultura.

de 1927 até 1949 e ainda retornou ao governo federal em 1955, no período de Juscelino Kubitschek.

Em 1934, tão logo Capanema assumiu o MES, um acontecimento na organização do Ministério revela como o novo ensino industrial se impôs no âmbito governamental para, em seguida, tornar-se referência para as demais modalidades de educação profissional, a começar pelo ensino comercial, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) em 1946. Tratava-se de uma mudança organizacional por meio da qual a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico foi transformada em Superintendência do Ensino Industrial, permanecendo sob comando de Francisco Montojos.

Depois disso, em 1937 e já no ambiente político da legalidade constitucional, o MES continuou ocupado por Gustavo Capanema, mas foi novamente reestruturado. Com as mudanças administrativas, a Superintendência de Ensino Profissional foi extinta, passando suas funções para a Divisão do Ensino Industrial, que integrava o Departamento Nacional de Educação. Ou seja, mudaram o ambiente político, o nome e a estrutura do Ministério da Educação e Saúde, e Montojos não apenas permaneceu, como foi promovido, passando de superintendente a diretor da Divisão do Ensino Industrial.

Além dessa longevidade característica, a atuação de Montojos também foi marcada pela intensidade. Ele participou ativamente de toda a trama final, ocorrida entre 1939 e 1941, marcada por disputas entre o MES e o MTIC, sendo este com apoio das articulações dos empresários industriais mobilizados em torno da CNI.

Uma peculiaridade da Constituição federal de 1937, que deu impulso ao ensino profissional, foi a inclusão de um artigo referente à educação profissional. Foi visando à regulamentação do artigo 129 que Montojos apresentou anteprojeto para criação de escolas de aprendizes, que seriam mantidas pelos estabelecimentos industriais ou sindicatos de empregados. O projeto foi encaminhado à CNI e à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), presididas, respectivamente, por Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen (BEZERRA, 2006). Como não houve resposta dos empresários industriais, o governo baixou o Decreto-Lei n.º 1.238, em 1939, elaborado pelo ministro do MTIC, Waldemar Falcão, e referendado pelo ministro do MES, Gustavo Capanema. O decreto obrigava os industriais a instalarem refeitórios e a oferecerem cursos de aperfeiçoamento aos operários, nas empresas com mais de quinhentos funcionários (FONSECA, 1961).

O decreto foi criticado pelos industriais, que se negavam a praticar as exigências nele contidas. Para o líder industrial Simonsen, o Decreto-Lei n.º 1.238 viria “(...) onerar, diretamente, uma classe já bastante sobrecarregada com obrigações de natureza diversa”, que

lutava “(...) com dificuldades de toda a ordem, nascidas ora do excesso de legislação, ora da maneira, às vezes violenta, com que eram executadas as leis” (*apud* Carone, 1977, p. 274). Simonsen pedia pela revogação do decreto. Segundo ele, era dever do Estado a formação profissional do operariado. Para defender sua posição o presidente da CNI apoiava-se no artigo 129 da Constituição de 1937, alegando que “(...) o ensino, em todos os seus graus, inclusive o profissional constitui o primeiro dever do Estado” (*apud* CARONE, 1977, p. 279).

Ainda em 1939, foi instituída “(...) uma comissão interministerial para regulamentar os cursos previstos” no Decreto-Lei n.º 1.238 (BEZERRA, 2006, p. 6). A comissão ficou a cargo do MTIC e do MES, composta de seis membros, sendo três de cada ministério (FONSECA, 1961, p. 212). No ano seguinte, 1940, foram elaborados dois projetos para a regulamentação do ensino profissionalizante, sendo um de cada ministério. Nessa ocasião Capanema escreveu uma carta à Vargas, na qual fazia algumas observações ao projeto do ministro do Trabalho, Waldemar Falcão, “(...) ressaltando que as atribuições de cada Ministério [não estavam] convenientemente discriminadas” (BEZERRA, 2006, p. 6). Na opinião do ministro da Educação, havia a necessidade de o Estado cooperar técnica e financeiramente com o ônus da educação. Ainda em 1940, Vargas promulgou o Decreto n.º 6.029, regulamentando a instalação e funcionamento dos cursos profissionais nos estabelecimentos com mais de quinhentos empregados. Contudo, após um ano, o presidente “(...) ainda não havia aprovado as instruções elaboradas pelo MES para a implementação do referido decreto” (BEZERRA, 2006, p. 3).

Designou-se então uma nova comissão, formada pelos representantes diretos dos industriais (Euvaldo Lodi, Valentin Rebouças e Roberto Simonsen), “(...) com a consultoria de três especialistas no assunto: João Luderitz, Roberto Mange e Faria Góes Filho” (BEZERRA, 2006, p. 7). Ao mesmo tempo organizou-se uma comissão no MES, com o intuito de padronizar o ensino de ofícios em escolas do poder público e privado. A comissão era presidida por Gustavo Capanema e composta por Horácio da Silveira, Lourenço Filho, Leon Renault, Rodolfo Fuchs e Francisco Montojos (BEZERRA, 2006).

Do trabalho das duas equipes nasceram os decretos de 1942 que selaram o novo ensino industrial. O Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro, criou o Serviço Nacional de Formação de Industriários (mais tarde, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai); e o Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro do mesmo ano, estabeleceu as diretrizes da Lei Orgânica do Ensino Industrial, que organizava o Sistema de Ensino Industrial. Desta forma, o ensino profissional para a formação imediata de operários ficava a cargo dos industriais, apesar das divergências que houve com o governo quanto ao seu financiamento. Com relação

às “instituições de ensino para a formação de técnicos”, que necessitavam de uma formação mais completa e abrangente, os industriais “(...) não abriam mão de que o governo federal” as mantivesse (AMORIM, 2004, p. 56).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: A CONDIÇÃO DE MONTOJOS COMO INTELECTUAL-BUROCATA DO NOVO ENSINO INDUSTRIAL BRASILEIRO

A identificação da atuação de Francisco Montojos com a longevidade, com a permanência e com a estabilidade é algo incomum à época, marcada pela instabilidade ou pela turbulência política. Montojos foi estável e permanente numa época de instabilidade e mudança. Trata-se de um ponto relevante para uma abordagem empírica inspirada na teoria de Weber (1992) sobre a burocracia. No significado weberiano, a burocracia é um dos traços distintivos da modernização do Estado no Ocidente e está identificada com a disponibilidade de funcionários qualificados técnica e juridicamente para o exercício de importantes funções na vida social. Weber identificava a expansão da burocracia – e com ela a expansão do Ocidente – com a eficácia e o controle. Ou seja, eficácia do aparato administrativo e controle sobre os administrados. Quais teriam sido as condições da longevidade de Montojos nos processos constituinte e instituinte do novo ensino industrial brasileiro? Teria sido Montojos um burocrata do novo ensino industrial, identificado com a técnica, a disciplina e a impessoalidade, ou seja, com traços considerados por Weber na definição da burocracia?

Todavia, a despeito da longa presença no ensino industrial, documentos da trajetória de Montojos, não se encontram disponíveis em centros de memória ou arquivos públicos, como o Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) ou o Centro de Processamento e Documentação da Fundação Getúlio Vargas em que Montojos não aparece na lista de biografados. Montojos também não é uma figura amplamente conhecida e difundida no território nacional, seja no terreno da política, da cultura ou da educação. Montojos parece ter sido uma figura importante e discreta, o que dá forças à sua identificação com a burocracia. Francisco Belmonte Montojos não é nome de rua, praça, estádio de futebol, escola ou coisas do gênero. Levantamento realizado com apoio de ferramentas de busca na internet permitiu a identificação do nome de Montojos em apenas duas bibliotecas, ambas na atual Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Trata-se da Biblioteca Francisco Montojos, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (Campus São Paulo) e a Biblioteca Dr. Francisco Montojos, no Instituto Federal do Piauí.

Mas essa presença do nome de Montojos em duas bibliotecas não é uma garantia de sua clara identificação como intelectual. Melhor talvez fosse classificá-lo como um burocrata,

segundo a concepção weberiana. Mas isso não significa que Montojos não tenha sido um homem da leitura e da escrita ou um homem de ideias. A questão é que Montojos parece bem mais burocrata do que intelectual, embora a relação não seja contraditória, sendo possível um burocrata-intelectual. Mas há outros indicativos de que Montojos possa ser incluído na história dos intelectuais brasileiros da educação profissional. Um desses indicativos era a sua rede de sociabilidade. Montojos foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, o que significa que ele tinha contatos com Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros importantes intelectuais da educação à época. Entretanto, em seu traço mais peculiar, Montojos era um homem de Estado, como destacado burocrata do ensino industrial no momento da aproximação do Brasil com os EUA.

Foram encontrados dois textos escritos por Montojos, ambos nas publicações da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI). Os dois textos são sobre educação profissional e, particularmente, sobre o ensino industrial. O primeiro texto é de 1947 e seu título é *Sugestões para a reorganização da escola secundária*. O segundo é um livro e seu título é *Ensino industrial*, publicado em 1949. Ambas as publicações encontram-se no acervo da CBAI, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Mas há outros indicativos de que Montojos era um discreto burocrata. Montojos era homem da confiança de Capanema, era um técnico com atuação próxima ao ministro. Entretanto, no Inventário Analítico de Gustavo Capanema não há fotografias nas quais Montojos apareça do lado do ministro seja em inaugurações ou outras solenidades públicas. Mais uma vez, em linguagem weberiana, Montojos não tinha vocação política e, por isso, não investia em sua própria publicidade. Parece que eram a técnica, a disciplina e a impessoalidade e, não, a articulação política ou a presença em entidades civis que davam legitimidade e garantiam a presença de Montojos em cargo estratégico do Ministério da Educação e Saúde.

No Arquivo Gustavo Capanema, inventário analítico do Centro de Processamento e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) foi encontrado um registro referente a Francisco Montojos. Trata-se de uma carta de Montojos a Capanema “(...) explicitando o voto dado por ele na plenária da conferência de educação realizada em Genebra, por ocasião da votação da recomendação relativa à formação profissional”. (MOREIRA, 2000, p. 115).

Levantamentos sobre a trajetória de Montojos não permitiram a identificação direta de uma inspiração europeísta ou americanista. Seria Montojos um agente mais próximo do positivismo francês, do pragmatismo americano, das concepções de ensino industrial ligadas

ao totalitarismo alemão ou defensor de uma concepção mais nacionalista? Nas viagens de outros agentes do ensino industrial eram claras as referências internacionais que os inspiravam. Eram viagens para realização de cursos, para participação em congressos ou para visitas técnicas, das quais resultavam escritos, seja na forma de discursos, artigos ou livros. Rodolfo Fuchs, por exemplo, viajou à Alemanha, estudou a proposta de educação profissional do Terceiro *Reich* e publicou relatório, que a difundiu no Brasil. Simonsen, Giannetti ou Lourenço Filho eram mais próximos das novas referências que vinham dos EUA e essa proximidade era revelada nas repercussões escritas de viagens. Leon Renault, por sua vez, tinha uma perspectiva nacionalista na condução do processo e não acreditava na eficácia da importação de modelos estrangeiros para a solução de problemas brasileiros.

No caso de Montojos há um acontecimento significativo que permite trazê-lo para o terreno do americanismo. Montojos foi o burocrata-intelectual do Ministério da Educação que atuou na gestão do ensino industrial no momento da aproximação do Brasil com os EUA. Montojos foi também superintendente da CBAI por dois períodos intercalados. A CBAI vigorou durante dezessete anos e teve seu início em 1946 e foi um dos acordos inaugurais entre os diversos que foram realizados a partir daí.

A origem desse acordo entre Brasil e EUA, que envolvia o ensino industrial, foi um dos resultados da aproximação consolidada em 1943 com a declaração brasileira de apoio aos Países Aliados contra o Eixo formado por Alemanha, Itália e Japão. Desde alguns anos antes da guerra iniciada em 1939, a Europa vinha fechando-se e criando dificuldades para intercâmbio com estrangeiros. Fonseca (1961, p. 561) foi enfático: “O mundo estava em guerra. Divididas em dois campos ideológicos, as nações lutavam pela supremacia de seus ideais. De um lado as democracias, de outro os regimes totalitários”.

No tocante ao ensino industrial, o Brasil já sentira esse fechamento da Europa. A tentativa de se contratarem técnicos estrangeiros, bem como as constantes mudanças na definição da sua nacionalidade, refletem o momento político vivido pelo Brasil e pelo mundo, ante as indefinições da guerra. Assim, é possível afirmar que a mudança na política externa do Brasil, simbolizada em 1943, repercutiu na constituição do novo ensino industrial brasileiro. Segundo Cunha & Falcão (2009, p. 150),

(...) depois da tentativa frustrada de obter professores alemães, em 1936, e da contratação de professores suíços para as escolas industriais, em 1941/42, o Ministério da Educação voltou-se para os Estados Unidos como fonte de assistência técnica para esse importante ramo do ensino, estratégico para a política industrialista do Estado Novo.

Um dos resultados da Comissão Interministerial, criada em 1939, foi um relatório sobre a educação profissional de diversos países, entre eles os EUA. A comissão foi composta por Mange, Lourenço Filho, Leon Renault, Góes Filho, Horácio da Silveira, Rodolfo Fuchs e Francisco Montojos e sua tarefa era levantar os problemas relativos ao ensino industrial no país. Um dos resultados da Comissão Interministerial foi um relatório sobre a educação profissional em diversos países, entre eles os EUA. O documento é assinado por Joaquim Faria Góes Filho e nele está escrito:

A riqueza do ensino americano, dentro do qual se contém a maior rêde (*sic*) de escolas técnicas de nível secundário do mundo, permitiu reduzir a aprendizagem no local do trabalho, naquele país, a proporções menores que na Europa.³

Trata-se de documento produzido no mesmo ano em que eclodiu a guerra na Europa, mas que já colocava os EUA como eventuais fornecedores de referências para o novo ensino industrial brasileiro. Naquele momento, apesar do fascínio que a Alemanha também despertava em alguns, os EUA já eram vistos como grande nação industrializada e desenvolvida. A grandeza dos EUA também se fazia notar no ensino industrial; em suas escolas técnicas, como apontado em outra parte do documento assinado por Góes Filho:

Trata-se de grandes escolas, muitas delas providas de ótimas oficinas, laboratórios, bibliotecas e classes comuns. Aí jovens que ingressaram na indústria ou no comércio apenas com o curso elementar terminado, (...), buscam completar a sua formação geral e técnica. Serviços de orientação bem organizados e devidamente articulados com a indústria estudam o caso de cada estudante isoladamente, o grau de adiantamento anterior, o grau de inteligência, os seus interesses, o emprêgo em que se acha ou em que vai ingressar, os reclamos técnicos e culturais desse emprêgo, as possibilidades de mudança de colocação, os interesses do patrão, etc., etc.⁴

Em 1941, mesmo ano em que Mange foi à Suíça selecionar técnicos para lecionar nas escolas industriais brasileiras, o ministro Gustavo Capanema recebeu carta de Carlos Martins, então embaixador do Brasil nos EUA⁵. A correspondência é uma resposta a uma solicitação, feita pelo próprio Capanema, por intermédio de Alzira Vargas. Anexas à correspondência, o embaixador enviou duas outras cartas: uma de William Machold (diretor da Divisão Comercial de Finanças do Conselho de Defesa Nacional dos EUA) e outra de Grayson Hill

³ FGV/CPDOC. **Organização dada por diversos países à aprendizagem industrial (1939)**. GC g 1938.04.30. Série g. Microfilme rolo 51. Pasta II.

⁴ FGV/CPDOC. **Organização dada por diversos países à aprendizagem industrial (1939)**. GC g 1938.04.30. Série g. Microfilme rolo 51. Pasta II.

⁵ FGV/CPDOC. **Carta de Carlos Martins a Gustavo Capanema (20 de agosto de 1941)**. GC g 1935.12.00. Série g. Microfilme: rolo 37.

(professor da Universidade de Columbia em Nova Iorque). Ambas as cartas referem-se a uma possível contratação de professores americanos para as escolas industriais no Brasil. A carta de Grayson Hill menciona um pedido ao Serviço de Emprego do Estado da Geórgia para providenciar a seleção de professores e diretores para o Brasil⁶. A carta de William Machold afirma que a Divisão Comercial dos EUA já havia recebido um número considerável de aplicações e testes, de modo a satisfazer as exigências dos técnicos necessários para o Ministério da Educação brasileiro⁷. Junto às cartas foram enviadas, também, as aplicações e os testes realizados.

Essas correspondências parecem ter sido o início da articulação entre o Brasil e os EUA para a criação da CBAI. E, apesar de ter sido criada em 1946, depois da queda do Estado Novo, a comissão nasceu da iniciativa de Gustavo Capanema (CUNHA & FALCÃO, 2009). Isso pode ser notado em um documento produzido provavelmente após a outorgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial.

O govêrno (*sic*) dos Estados Unidos, sabedor das atividades do Ministério da Educação e Saúde no sector do ensino industrial, logo procurou se articular com o nosso, no sentido de emprestar a sua valiosa colaboração à obra de formação de trabalhadores que se vem processando no govêrno do Presidente Getúlio Vargas.

Assim é que o Coordenador dos Negócios Interamericanos, dos Estados Unidos da América, Sr. Kenneth Holland, comunicou ao governo brasileiro a instituição de um órgão oficial do governo norte-americano – a *Inter-American Education Fundation* – destinado a cooperar com as iniciativas oficiais dos outros países da América. Com relação ao nosso país, a proposta norte-americana diz respeito ao ensino profissional e tem por essencial objetivo, por um lado, a criação de bolsas de estudo para aperfeiçoamento, nos Estados Unidos, de diretores, administradores e professores do ensino profissional, e, por outro lado, a remessa de aparelhagem que as nossas escolas profissionais mais urgentemente necessitam.⁸

O documento é resultado da I Conferência Interamericana de Ministros e Diretores de Educação, ocorrida em 1943, que contou com a participação do ministro Gustavo Capanema e do diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) Lourenço Filho. Fonseca (1961) informa que a partir desse congresso Capanema iniciou os entendimentos com as autoridades educacionais americanas, representadas pela *Inter-American Foundation, Inc.*.

⁶ FGV/CPDOC. **Carta de Grayson Hilla Carlos Martins (6 de agosto de 1941)**. GC g 1935.12.00. Série g. Microfilme: rolo 37. Tradução livre.

⁷ FGV/CPDOC. **Carta de William F. Machold a Carlos Martins (15 de agosto de 1941)**. GC g 1935.12.00. Série g. Microfilme: rolo 37. (*Tradução livre.*)

⁸ FGV/CPDOC. **Repercussão do empreendimento [da Lei Orgânica] nos Estados Unidos, (s/d)**. GC g 1935.12.00. Série g. Microfilme: rolo 37, p. 4–5.

Dos entendimentos havidos resultou um acôrdo para a realização de um programa de cooperação educacional, visando a uma maior aproximação entre os dois países, mediante intercâmbio de educadores, ideias e métodos pedagógicos, acôrdo esse assinado a 3 de janeiro de 1946, pelo Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, representando o Brasil, e pelo Sr. Kenneth Holland, Presidente da Inter-American Education, Inc., em nome dos Estados Unidos. (FONSECA, 1961, p. 563.)

Ainda em 1945, Vargas recebeu uma carta (provavelmente do embaixador do Brasil nos EUA) que faz menção às articulações realizadas entre o coordenador de Negócios Interamericanos dos EUA, Kenneth Holland (o mesmo que assinou o convênio que firmou a CBAI em 1946) e o Brasil no tocante ao ensino profissional. A carta cita que o articulador americano, por meio da *Inter-American Education Fundation*, pretendia definir um acordo com o Brasil – sobre o ensino profissional, bem como sobre “(...) a criação de bolsas de estudo para aperfeiçoamento, nos Estados Unidos, de diretores, administradores e professores do ensino profissional (...)”⁹.

O acordo entre o Brasil e os EUA, que criou a CBAI, foi assinado em 3 de janeiro de 1946, entrando em vigor em 3 de setembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei n.º 9.724. O acordo durou quase dezessete anos e visava à capacitação de professores para o ensino industrial, mas era também uma instância ou mesmo um órgão “(...) de suporte ao ensino técnico profissionalizante da época, que investia recursos na aquisição de equipamentos, recrutamento e capacitação de professores, diretores, orientadores e supervisores” (OLIVEIRA & LESZCZYNSKI, 2009, p. 1).

Foram inúmeras as contribuições que a CBAI acrescentou ao ensino industrial brasileiro. Entre elas, Fonseca (1961) descreve a inclusão do método *Training Within Industry* (TWI), destinado ao treinamento de profissionais que exerciam funções de comando. O TWI tinha como finalidade ensinar maneiras consideradas apropriadas de aprendizado do trabalho, buscando as melhorias nas relações interpessoais no trabalho e a economia do trabalho, como a diminuição do desperdício e o melhor investimento na força de trabalho, evitando a fadiga.

Nos primeiros onze anos de atuação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, sua sede encontrava-se no Rio de Janeiro. No começo de 1957, houve o desmembramento dos serviços e, então, a organização da CBAI foi dividida em três cidades: no Rio de Janeiro permaneceu o escritório central (coordenação administrativa); em São Paulo, o escritório do TWI; e, em Curitiba, o Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores (FONSECA, 1961).

⁹ FGV/CPDOC. **Carta a Getúlio Vargas (sem remetente) (14 de abril de 1945)**. GC g 1935.12.00. Série g. Microfilme: rolo 37.

A CBAI, assim como outras iniciativas importadas da esfera internacional, em especial das parcerias com o EUA, trouxe não apenas a presença de métodos de racionalização do trabalho como também alimentou a ideologia da produtividade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tópico referente às questões de método foram feitas distinções entre constituição e instituição. Tanto no título quanto nas partes introdutórias e no desenvolvimento da argumentação foi utilizada a expressão *novo ensino industrial* como forma de demarcar a natureza das instituições e das práticas voltadas para a formação de mãos e cabeças de obra, ou seja, de trabalhadores e de técnicos para a indústria em expansão. Além disso, anunciou-se que muitas novidades nas formas de instituir e praticar o ensino industrial a partir de 1942, como o Senai e as Escolas Técnicas vieram de inspirações ou adaptações de práticas oriundas dos EUA. Para que a novidade se efetivasse e para que circulassem no Brasil as ideias que vinham do norte era necessária a intervenção de agentes que atuaram de diversas maneiras. Nesse processo, alguns agentes realizaram viagens aos EUA, outros atuaram abrindo espaços no governo federal para a celebração de acordos e outros atuaram executando tais acordos e implementando práticas comuns ao ensino industrial americano.

Francisco Montojos foi um agente que atuou nos dois processos, o constituinte e o instituinte. Como agente constituinte, Montojos atuou intensamente nos grupos de trabalho, na elaboração de projetos e nas negociações entre o MES, o MTIC e a CNI, ou seja, atuou na definição da anatomia, da estrutura, do financiamento, da finalidade, da abrangência e dos públicos-alvos do Senai e das escolas técnicas. Mas Montojos não atuou apenas do lado de fora das instituições do novo ensino industrial. Como agente do processo instituinte do novo ensino industrial, Montojos publicou textos e foi gestor da CBAI por dois mandatos, ou seja, atuou no favorecimento da disseminação das práticas e ideias americanas no Brasil.

Caso exemplar que permite identificar a diferença empírica entre constituir e instituir, entre constituição e instituição, é o Senai. A forma, a estrutura, o financiamento e a finalidade do Senai foram definidos antes de 1942, não no cotidiano da instituição e a partir das relações e práticas de seus sujeitos, mas, nas disputas que envolviam homens de governo, empresários, ora em sintonia, ora em condição de disputa. A estrutura organizacional do Senai revela uma inspiração tipicamente americana. Sua organização na forma de um Departamento Nacional e de Departamentos Regionais é expressão daquilo que Tocqueville (2005) identificou como uma das virtudes dos EUA, a combinação dos princípios de centralização governamental e a descentralização administrativa, unidade e variação. Ou seja, foi no processo constituinte e,

não, no processo instituinte, que o Senai adquiriu a sua forma institucional. Constituição e instituição são diferentes, mas, inseparáveis.

A abordagem realizada no artigo é um contributo á construção da história da educação profissional e, particularmente do ensino industrial brasileiro. A principal contribuição incide sobre a presença da americanidade no processo constituinte do novo ensino industrial brasileiro a partir dos anos 1940. O artigo focalizou a atuação de Montojos, figura estratégica na constituição do novo ensino industrial e sua atuação permite identificar como nesse período importantes intelectuais orgânicos que atuavam do governo ou em entidades civis se aproximaram dos EUA em busca de referências práticas para a solução de problemas brasileiros.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Mário Lopes. **Da Escola Técnica de Curitiba à Escola Técnica Federal do Paraná: projeto de formação de uma aristocracia do trabalho (1942–1963)**. São Paulo: USP, 2004. (Tese de Doutorado.)

BEZERRA, Amália Cristina Dias da Rocha. O ensino industrial no Estado Novo (1939–1942). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO E SEUS SUJEITOS NA HISTÓRIA, IV, 2006, Goiânia, Anais...* Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

CARONE, Edgard. **O pensamento industrial no Brasil: (1880–1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CUNHA, Luiz Antônio; FALCÃO, Luciane Quintanilha. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 148–173, 2009.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial**. Rio de Janeiro: Escola Técnica Nacional, 1961.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

OLIVEIRA, Diene Eire de Mello B.; LESZCZYNSKI, Sônia Ana Charhut. O papel da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial [CBAI] na configuração do ensino profissionalizante das Escolas Técnicas Federais. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, VIII, 2009, Campinas, Anais...* Campinas: HISTEDBR, 2009.

TOCQUEVILLE, Aléxis. **A democracia na América: lei e costumes. De certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático. Livro I**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WARDE, M. J. Americanismo e educação: um ensaio no espelho. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 16, 2000.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1992.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Moraes, 1987.